

Alfredo Pimenta

Propugnador e Doutrinador da Monarquia

Quando decididamente me deixei atrair pelas curiosidades intelectuais da Política, entrava o nosso país numa época singular da sua História. Iniciava-se o salazarismo e alicerçava-se, de forma segura e dominante, para durar no Poder.

Foi aí a partir de 1930, cursava eu os meus primeiros anos da Universidade de Coimbra.

Na análise e no confronto das ideias, cêdo e convicto me prendi ao ideário integralista. Não que chegasse a tempo de presenciar o seu apostolado vivo de doutrinação neo-monárquica, feito de inteligência e de coração e com um entusiasmo patriótico que, de forma tão vigorosa e contagiante, havia conquistado uma boa parte das duas gerações moças que antecederam a minha geração. Mas os ecos retumbantes dos sucessos que alcançara nos domínios altos do espírito ressoavam, agudos e actuantes, na atmosfera que envolvia o meio académico.

Entretanto, na prática, em termos de partidos e de ideologias, inactivavam-se as antigas refregas, porque cada vez menos havia lugar para pensamentos heterodoxos no regime que se ia definindo de carácter pessoal.

A actividade organizada no campo monárquico sofria os efeitos da regra geral: reduzia-se a um mínimo, prestes a paralisar. Sustentavamo-nos então das reflectidas leituras, nos silêncios nocturnos da «*Alta*», nos nossos quartos de estudantes, e do estímulo excitante das discussões acesas nas «*repúblicas*».

Recordo aqui a impressão funda que me causara a leitura do primeiro livro de António Sardinha que tive às mãos ... *Ao Ritmo da Ampulheta*. Depois foram todos os outros e as obras dos seus pares no *Integralismo*, e a seguir as dos antigos e esquecidos doutrinários legitimistas do século XIX — os mestres da Contra-Revolução em Portugal — em cujas reedições ou nos originais, sucessivamente me fui informando e documentando.

Só posteriormente travei conhecimento com as obras da escola de Maurras.

Traço em linhas gerais a minha evolução mental porque foi semelhante à dos rapazes realistas do meu tempo e para melhor nos situar nos acontecimentos.

O pouco que restava da acção monárquica organizada e efectiva, havia de extinguir-se na primeira metade da década de 30, com a suspensão da última publicação periódica integralista, a revista «Estudos Portugueses», lançada e dirigida por Luís de Almeida Braga e Hipólito Raposo. Precisamente, após dois escassos e penosos anos, transcorridos sob dificuldades e hostilidades provenientes das autoridades estabelecidas, saiu o número final, em Março de 1934. São dos directores as seguintes e expressivas palavras: «Com desassombro se ergueu e com o mesmo orgulho prefere calar-se uma voz que não era de charameleiros da glória cívica de ninguém, nem de beneficiários ou assistidos de poder público ou oculto...» (1)

Terminava propriamente a acção integralista. Desta data em diante as afirmações monárquicas escritas — que as houve! — tiveram um carácter eventual e esporádico e custaram, algumas, sérios prejuízos aos seus autores.

Entrava-se numa época difícil neste aspecto. A morte tão precoce de António Sardinha, o dinamizador por excelência do neo-monarquismo, fazia-se sentir como uma perda irreparável. Por outro lado o condicionalismo político, como todos sabemos, era cada vez menos propício à doutrinação monárquica. Do pouco onde se escrevia em prol das ideias restauracionistas salientou-se durante longos anos o diário *A Voz*. Foi principalmente nesta altura que se notabilizou a intervenção doutrinadora de Alfredo Pimenta, e foi na sua «Tribuna Livre», que assiduamente ocupava, onde apareceram muitos dos seus melhores artigos. Quando poderão eles ser retirados do limbo onde injustamente jazem e novamente dados à publicidade, agora enfeixados em volume? Seria, assim o pensamos de há muito, um oportuno e valioso serviço prestado à cultura política portuguesa.

Pode dizer-se que os escritores monárquicos, por largo espaço, se remeteram à defeza e ao silêncio num reduto, abdicando da ofensiva em campo aberto. Ora, quem reveja esse passado não

(1) No jornal *A Voz*, de 28 de Junho de 1934.

muito distante irá encontrar o vulto combativo de Alfredo Pimenta guarnecendo com permanência a trincheira monárquica, por vezes só e isolado.

Seja qual for o sentimento que se tenha para com a sua pessoa, ou para com certas e controversas atitudes que tomou, e que por mim julgo infelizes, é de elementar justiça reconhecer esta verdade.

A concepção táctica de Alfredo Pimenta para com Salazar, senhor forte e incontestado do Poder, foi contrária à dos integralistas. Enquanto que estes o combatiam de frente, encarando nele o *mantenedor* da República, Alfredo Pimenta idealizou-o *transformador* da República em Monarquia. O seu trabalho de doutrinação iria dirigir-se muito nesse sentido, e assim o procuramos entender.

Nunca se proporcionou a oportunidade de me relacionar com Alfredo Pimenta. Conheci-o e conheço-o somente pelo que escreveu. É no que deixou escrito que fundamento o meu juízo.

Por princípio Alfredo Pimenta era um inabalável anti-democrata. Tenho como certo que esta vocação nascia-lhe do supremo respeito que dedicava à Cultura. Considerava a Política como um ramo científico no qual, como em todos os ramos das ciências, deveriam prevalecer os graus hierárquicos do Saber. Porém a Democracia abstrai do Saber, nega em absoluto a prevalência da Cultura, ao considerar todos os votos de igual valor, sejam eles emitidos por sábios, ou por ignaros. O que para ela importa é a quantidade e não a qualidade; a superioridade impõe-na pela força do número. Não reconhece *élites*. Um tal conceito de nivelamento por baixo, é bem de ver, repugnava à inteligência e à sensibilidade de Alfredo Pimenta. Homem de letras erudito, chocava-o a mediocridade vestida de presunções; não podia admitir o mundo da ignorância. E, infelizmente, é constituída por ignorantes das doutrinas políticas, económicas e sociais, a maioria dos votantes — detentora legal do poder soberano em Democracia de cujas orientações para o país se decide pelo sufrágio universal, seja via eleição de deputados, seja via eleição do Presidente da República.

O filósofo francês, Emile Faguet acusou este sistema de ser «o culto da incompetência». Alfredo Pimenta chamava-lhe «rematada estupidez». Estava certo de que, como lhe ensinara Augusto Comte, o seu mestre dilecto, «nunca o inferior está em condições de avaliar o superior».

Acho interessante transcrever aqui dois excertos da *Carta ao General Gomes da Costa* publicada no jornal *A Época*, dentro daquele período agitado que mediou entre o 18 de Abril e o 28 de Maio. Eis o primeiro, cuja leitura adquire renovada actualidade para quem teve a desdita de presenciar o M.F.A.: — «O Exército, diz V. Ex.^a está esfrangalhado. De acordo.

Quem o esfrangalhou? A Nação? Não; foi o Estado. O Estado esfrangalhou o Exército; mas o Exército deixou-se esfrangalhar.

Veja V. Ex.^a a Nação: olhe como ela tem resistido. Resistência passiva — mas resistência. Não sei quanto tempo resistirá ainda. Pode resistir muito, pode resistir pouco. Mas tem resistido, tenazmente, a quinze anos de corrupção, de anarquia, de disparte e de desvergonha.

E o Exército?

O Exército, primeiro, ajudou o Êrro. Que fez o Exército em 5 de Outubro? Que fez o Exército em 14 de Maio? Que fez o Exército em 13 de Fevereiro? Que fez o Exército em 18 de Abril?

No campo da disciplina, o Exército é que é modelo, o Exército é que é figurino. O Exército não tem que ser o espelho da Nação: deve ser o modelo para a Nação. O Exército só recorre à Nação para que esta o ajude, quando está na frente, a bater-se com o inimigo. Dentro dos seus quartéis, ele deve ser o figurino para a Nação, para que esta, na hora do perigo, tenha para quem apelar.»

Neste outro excerto Alfredo Pimenta censurou ao General Gomes da Costa o fétiche da eleição democrática indiscriminada. Curiosa a argumentação sobre a validade do voto. — «Diz V. Ex.^a ao apresentar a solução positiva para o problema nacional, — que *«escolha o povo os homens capazes de num futuro Parlamento fazerem as leis de que a Nação precisa»*, os homens *«capazes de disciplinar a Nação.»*

As suas intenções são magníficas, senhor general.

Mas das suas palavras, nada mais fica do que a intenção magnífica.

Como é que o Povo há-de saber, senhor general, quais são os homens capazes de num futuro parlamento fazerem as leis de que a Nação precisa? Para que o Povo pudesse sabê-lo, tinha que possuir a capacidade que busca nos outros. E se a possuísse, bem prescindível era que escolhesse outrem.

Não são os soldados que elegem os generais, senhor general. Não é aos dirigidos que compete escolher os dirigentes, senhor

general. Não são os cantoneiros duma estrada que tem competência para escolher o engenheiro, senhor general. Nem os aprendizes de pedreiro, para escolher o arquitecto; nem os oficiais de diligências, para escolher os magistrados; nem os meninos de primeiras letras, para escolherem os professores. Como quer V. Ex.^a que sejam os modestos serventes do Ministério dos Estrangeiros, e do Ministério das Finanças, e do Ministério da Guerra, etc. ... os competentes para a escolha dos respectivos ministros? V. Ex.^a — é o chefe da sua casa. Foram os seus filhos quem o escolheu? V. Ex.^a é um dos chefes do Exército Português. Foram os recrutas quem o elegeu? Foram os paisanas quem o elegeu?» (2)

Tenho a noção de como é hoje ingrato atacar a Democracia, imbuída que está a opinião pública de uma mentalidade retrógada. Alfredo Pimenta, se fosse vivo, não se importaria com isso, porque nunca se importou de remar contra a maré, seguro das suas convicções. «A Democracia é o grande mal do Século» disse-o em plena euforia democrática, após a última Grande Guerra, e com a «democracia senhora do mundo».

É evidente que a Democracia que vem sendo referida é a que brotou da Revolução Francesa, é, melhor dizendo, o *democratismo*, é a partidocracia imperante. Esta não admite confusões com essa outra democracia que existiu, até na própria Grécia Antiga, mas especialmente com a que existiu nas pequenas e autênticas repúblicas, que foram os concelhos medievais do Reino de Portugal. Penso que seria a este grau de democracia que Alfredo Pimenta se reportava quando, distinguindo conceitos, escreveu «o meu conceito de democracia...» (3).

Certamente que foi a repugnância, a sua «incompatibilidade», dizia Alfredo Pimenta, pelo *democratismo*, *versus* partidocracia, que o levou a deixar a República.

Abre-se aqui um parêntese que se julga indispensável para exactificar o seu pensamento. Este parêntese é para incluir as linhas elucidativas que se seguem: «No dia em que se caminhar resolutamente para o regresso à unidade nacional, pela repulsa sistemática e firme dos partidos, *excluindo-se, é claro, o sofisma do Partido único*, nesse dia entramos a valer na fase verdadeiramente construtiva da solução definitiva do problema que 1820 abriu,

(2) *Nas Vésperas do Estado Novo*, págs. 26-27-28.

(3) *Contra a Democracia*, pág. 7.

e há mais de um século espera que se lhe ponha termo» (4). O sublinhado é nosso.

Mas, continuemos. Repudiando Alfredo Pimenta a partidocracia, tinha fatalmente que repudiar a ideia republicana, dado que o Presidente é um produto directo da partidocracia. Na verdade, o Presidente, pelo facto de ser eleito como candidato de uma facção, é partidocrático, ele próprio, e não pode, por isso, considerar-se representante do todo nacional. Assim exactamente o escreveu Alfredo Pimenta: — «O que ele, em regra, por definição representa, é a força política que o leva ao poder». E o Rei? «o Rei não é duma opinião, nem dum partido, nem dum grupo: o Rei é Rei da Nação, é Rei do Povo, herdeiro dos que formaram essa Nação, dos que defenderam esse Povo, e está obrigado, perante Deus, a entregar ao seu sucessor, intacta, a herança que recebeu.» (5)

Continuamos a transcrever do mesmo livro: — «A República é, fundamentalmente, o regime das facções, porque, sendo o regime de opinião por excelência, evidentemente que o seu triunfo representa a vitória duma opinião contra outras opiniões.

Se a Monarquia é o regime verdadeiramente nacional, na sua origem e através do seu desenvolvimento normal, o Rei não é Rei porque uns o elegeram, e o impuseram a outros.» (6).

A diversidade de natureza nas origens do Presidente e do Rei, determinam, como é natural, diferenças de comportamentos nas respectivas funções. Passemos a palavra a Alfredo Pimenta: «—O Presidente quando chega ao poder vem positivamente com as mãos abanar. Se nunca mandou, tem a vertigem do mando. Se já mandou, exorbita.

O Rei é, desde criança, e mais do que isso, desde gerações longínquas, lentamente preparado para a função régia.

Isto é comezinho, mas sente-se a necessidade de insistir, como de coisa imediata se tratasse.

O Rei é Rei, porque tem de ser Rei. O Presidente é Presidente, porque teve a sorte de lhe sair a sorte grande. Andou a roda, o Presidente ganhou; podia ter sido outro, com o mesmo direito, a mesma legitimidade: a da roleta eleitoral, com todas as batotas que lhe são inerentes.

(4) *As Festas dos Centenários*, 1939, pág. 7.

(5) *Nas Vésperas do Estado Novo*, pág. 161.

(6) *Idem*, pág. 58.

Para o Rei a Nação é uma família de que ele é o chefe natural, — e por isso diz a Filosofia popular: *Por teo Rey peleijaste, tua casa guardaste.*

Para o Presidente, a Nação é um quarto de hotel (melhor diríamos, um Palácio...), cumpre a hospedagem e vai-se embora.

O Rei recebe dos antepassados a Nação, e sabe a quem há-de entregá-la. O Presidente, — sabe lá ele de quem recebe a Nação? Sabe lá ele quem há-de rehavê-la das suas mãos! Foi um partido que lha deu; é um partido que há-de receber-lha, e é tudo.»⁽⁷⁾

Para uma definição de regime, Alfredo Pimenta serve-se de uma síntese lapidar do Teólogo Tomista G. Lagrange. É esta a síntese: «*o regime perfeito em razão do regime por causa da unidade, da continuidade, da eficácia da direcção para um fim uno difícil de realizar, é a Monarquia, principalmente uma Monarquia temperada, sempre atenta às diferentes formas de actividade nacional.*»

Relegado o democratismo, isto é, posta de parte a estrutura partidocrática do país, que regime preconizou Alfredo Pimenta? Que forma de Monarquia? Qual a sua teoria para uma Monarquia restaurada?

Ouçamos a sua resposta na página que a seguir se transcreve.

«Porque doutrinador de Portugalidade — monárquico, porque foi a Monarquia que fez Portugal, mas a Monarquia pura, a Monarquia tradicional, a que vem de 1128, se afirma em Ourique, se consolida em Aljubarrota, rasga o caminho marítimo da Índia, cria o Império, sucumbe, devagar, em Alcácer, e ressuscita em 1640, para cair, apunhalada pelas costas, em 1834, em Évora Monte.

Porque doutrinador de Portugal-monárquico, mas da Monarquia que fez a Nação, e não da que começou a desfazê-la; da Monarquia em que o Rei é a síntese viva do Povo; da Monarquia que ama o Povo, que se confunde com o Povo, que é o próprio Povo — mas o Povo verdadeiro, e não o Povo dos Partidos, o Povo pulverizado em indivíduos que são números; a Monarquia que é o próprio Povo, o Povo trabalhador, — camponês, soldado, marinheiro, artífice, doutor, padre, letrado, sábio, artista, funcionário, e não o Povo vadio e tunante das conjuras, das alfurjas, dos apetites das facções, dos grupos e dos clubes políticos, dos demagogos e arruaceiros.»⁽⁸⁾

(7) Idem, págs. 162-163.

(8) *Em Defesa da Portugalidade*, 1947, págs. 14-15.

Da errónea concepção de voto democrático, originário do poder supremo, proviria, num ponto de vista racionalista, o monarquismo de Alfredo Pimenta. A outra fonte foi a História, a cujo estudo profundamente se entregou. Ele próprio o afirma: «o meu monarquismo é de natureza histórica, filosófica e experimental. Não é um capricho, uma gratidão ou um interesse».

«Sou monárquico, porque sou estudante de História, estudante de Filosofia e sigo, no Laboratório do mundo, as acções e reacções dos povos.»⁽⁹⁾

Estudante de História. Pois sim, como investigador eminente que foi. Mas também Mestre de História na correcção de historietas e na reposição das verdades faciosamente escamoteadas ou deturpadas, nas figuras e nos acontecimentos. É neste campo, talvez, através das suas notáveis páginas de historiador que tenhamos de ver a sua maior contribuição à doutrina da Monarquia, de tal modo o seu princípio flui nelas, espontâneo e vivo.

E o que nos ensina, então, a verdadeira História portuguesa?

Passemos, de novo, a palavra a Alfredo Pimenta: — «A fundação do Estado deve-se a um homem e localiza-se numa data.

Em 1128 éramos, não o Estado português propriamente dito, mas o Estado de D. Afonso I. Este rodeou-o de fronteiras e, pela força formidável da sua espada, pelo génio assombroso da sua tempera de soldado, e pela visão inflexível da sua vontade de ferro, habituou os seus vassallos a pensar em comum, a guerrear em comum. É neste «em comum» que se forma a Nacionalidade».⁽¹⁰⁾

Não sendo o Estado monárquico português, como não foi, o produto de nenhum artifício da democracia, não tendo sido instituído por nenhum contrato à Rousseau, não tendo uma origem de carácter electivo o nosso primeiro Rei (neto de Rei, filho de «Rainha»), e com ele, por conseguinte, a Dinastia que fundou, é evidente que a soberania real e a Monarquia como instituição, não ficaram a dever nada ao democratismo, não lhe ficaram ligadas por nenhuma espécie de compromisso. Isentaram-se de início das suas maquinações.

Se nalgum tempo e nalgum lugar quizessemos apontar a precedência das atribuições democráticas do povo português, iríamos encontrá-las na organização municipal (não esquecendo esse germen do sindicalismo, que foram as confrarias dos artífices

(9) *Carta Pública ao Sr. Deputado Pinto de Meyreles Barriga*, 1949, pág. 13.

(10) *A Fundação e a Restauração de Portugal*, 1940, pág. 12-13,

com as Casas dos 12 e dos 24) e nas autonomias concelhias, concedidas ou confirmadas por forais, desde os primeiros reinados.

O grande Herculano testemunhou, na sua *História*, que as ideias de «a democracia da idade média... produziram os concelhos ou comunas». (11)

Mas esta «democracia da idade média» era, claro está, de outra espécie, exercida verdadeiramente pelo povo, e exequível, porque limitada a um meio restrito e natural. A esta via-a Alfredo Pimenta com simpatia. (12)

Estaríamos então em face da existência harmónica da Realeza e da Democracia? Em todo o caso uma Realeza diferente e uma Democracia diferente, filosoficamente diferentes das que se viram a partir do século XIX. Com certeza mais genuínas, mais verdadeiras e mais efectivas do que as actuais.

Não podemos passar sem aludir a um reparo que se faz a uma fase da conduta política de Alfredo Pimenta, onde se aponta certa incoerência: concretamente no apoio a Salazar, que dificilmente deixaria de projectar-se na República do *Estado Novo*. E cita-se o apelo com que terminou as suas *Palavras à Juventude*: «Une-te à volta de Salazar. Compreende-o Mocidade portuguesa, e com audácia, com firmeza, com ardor, segue para a frente», «certa de que servindo Salazar serves ainda para além de Salazar na projecção luminosa de oito séculos da nossa História. Salazar não te ilude, nem engana.»

Infelizmente Alfredo Pimenta iludia-se e enganava-se na projecção salazarista do futuro.

E na verdade, Salazar era o Governo da República...

Em confronto a estas palavras exortatórias evocavam-se as suas reiteradas declarações: «Sou intransigentemente, fanaticamente monárquico». «Porque sou intransigente, não abdicó, não contemporo, não cedo; porque fanático, não me conformo nem me convenço». «Não sou, pois, monárquico que reconhece a República, que a confunde com a Pátria, que a julga capaz de bem servir a Pátria.»

«O catolicismo, o patriotismo, o monarquismo são conceitos fechados, noções rígidas, que não toleram elasticidade mais ou menos». (13)

(11) *História de Portugal*, 1916, Tomo VI, pág. 89.

(12) *Elementos de História de Portugal*, 1934, pág. 58.

(13) *Contra a Democracia*, pág. 14-15.

Contém-se nos períodos antecedentes, como é fácil de ver, e sob a aparência de contradição, num começo de resposta ao citado reparo. Alfredo Pimenta faz distinguir o apoio a Salazar do apoio à República em que Salazar é o Primeiro Ministro. A ele apoia-o, a ela não. E vai esclarecendo porquê: «entre a República do Sr. Norton de Matos e a República do Sr. Marechal Carmona que, como se está a ver, porque depende do Sufrágio Universal, nos pode levar àquelas, e que são, uma e outra, filhas mais ou menos legítimas da que assaltou o País em 5 de Outubro ... entre as duas, decido-me pela Monarquia.

Porque se o doutrinário que a República do Sr. Marechal Carmona afirma tem pontos de contacto com os meus princípios esta não deixa de ser República». (14)

Como, aliás, a maioria dos monárquicos, Alfredo Pimenta confiou numa conclusão da política de Salazar, e que esta seria coerente com os princípios doutrinários proclamados no celebrado discurso programático de 30 de Julho de 1930, quando chegasse o prometido momento de dar resolução ao problema político. Simplesmente esse momento não chegava, nem se anunciava...

Em 1937, ainda apegado às razões da lógica, Alfredo Pimenta esforçava-se por acreditar que o salazarismo conduziria à Monarquia, e pressionava com os seus argumentos. — «O Estado Novo é uma anomalia na vida política da Nação, tem, até agora, resolvido problemas de administração. Não resolveu, não pode resolver o problema crucial, o problema fundamental, o problema essencial — o problema político.

É um artifício cheio de magníficas intenções... e como todos os artifícios, precário, provisório, à mercê de uma lufada.

É um artifício em que ninguém crê, em que ninguém tem confiança, expediente empírico que não sabe e não pode garantir o Futuro.» (15)

E aqui Alfredo Pimenta reconsidera e explica o seu modo de ver. «Devemos combatê-lo? *Devíamos* hostilizá-lo, se *pudéssemos* fazê-lo.

Não podemos fazê-lo, porque não estamos em condições de objectivar a forma normal que havia de o substituir. Isso não impede que lhe reconhecamos a fragilidade e a provisoriedade.

(14) *Nas Vésperas do Estado Novo*, pág. 181 e seguintes.

(15) *Idem, idem.*

Se é provisório e precário, o *Estado Novo* tem uma missão superior a desempenhar: preparar o Futuro». E avisava, ante a irresolução política que se mantinha: — «Não há lugar, nem estamos em tempo disso, para expectativas, habilidades ou palpites». (16)

Poeta notável, que também foi, Alfredo Pimenta vale-se do seu estro, como quem experimenta a eficácia de uma outra arma, e publica em *A Voz*, na data propícia das «Comemorações Centenárias», o belo soneto «*Mestre de fazer Naos*». O seu endereço é evidente e a mensagem nele contida é transparente como o cristal.

Do livro em que foi recolhido transcrevêmo-lo a seguir.

Entregaram-lhe a Nao desmantelada.
E à custa de trabalhos collossais,
Elle tem-na já quasi restaurada,
E capaz de affrontar os temporais.

O que lhe falta é pouco, é quasi nada...
Mas é a melhor das peças capitais,
Pra que a Nao possa arcar, assegurada,
Com os mais temerosos vendavais.

Mestre de fazer Naos, toma cautella!
E se, como acredito, queres ve-la
As ondas do mar alto dominar,

Não entregues seo leme a Arrais a prazo,
Nem confies a Nao a Arrais de acazo,
Que Arrais de acazo, os não tolera o Mar!

Com o decorrer incauto e imprevidente da «República-Absurdo», assim denominava Alfredo Pimenta o Estado Novo, sem haver mostras de se cuidar da transformação requerida, as preocupações aumentavam no seu espírito.

Homem de pensamento, fiado ainda na força imperativa da lógica e na coerência entre as ideias e os actos governativos, Alfredo Pimenta continuava a insistir: «quer se queira, quer não, enquanto não enxotarmos da vida nacional o espectro tenebroso da República, o equilíbrio da Nação é instável, a unidade nacional é fictícia, a

(16) Idem, idem.

vida da Nação é um equívoco e o dia de amanhã um problema escuro.» E com larga antecedência, profetizava: ... «A Nação precisa de regressar a si própria. Ou então tudo o que se fez de bom e de sadio nestes últimos vinte anos se evaporará como névoa». (17)

Ainda que permanecesse fiel à esperança de uma evolução do salazarismo para a Monarquia, o tempo, que tudo desgasta, ia, com certeza, desgastando essa esperança na inteligência de Alfredo Pimenta.

Mais tarde, era já em ar de desalento que escrevia: «E vinte e um anos são passados ... mas quase inteiramente estereis, se virmos as coisas do plano do futuro. Porque o futuro só a Monarquia o garante, e não o regresso ao atoleiro donde o 28 de Maio safou o País». (18)

Referindo-se algures à sua desilusão republicana e conseqüente adesão ao ideário monárquico-integralista, acontecida após a queda de Pimenta e Castro, em 1915, Alfredo Pimenta martelava com os mesmos e irrefutáveis argumentos, sempre na tentativa de convencer Salazar e a sua «entourage» da única saída condigna da situação. «A minha ilusão morreu nessa hora. Não a fez ressuscitar o estado actual da política portuguesa, porque o Estado Novo vigente, por carência do que é essencial e específico da Monarquia ou da República, nem é República, nem é Monarquia: é um compromisso, e, conseqüentemente, instável e provisório.» (19)

Daqui se deduz, mais uma vez, que Alfredo Pimenta imaginava o Estado Novo Salazarista como uma fase preparatória e necessária para o seu natural epílogo — a restauração monárquica. Tão persuadido esteve desta hipótese que chegou a pôr a questão nos termos mais directos e claros.

Vejamos o que disse aos estudantes da Universidade do Porto.

— «Dizendo aqui, nesta hora a que não falta solenidade, que a juventude de 1941 tem diante de si, bem aberto e arrumado, o caminho que há-de seguir, e que esse caminho lhe foi traçado por Salazar, sob o signo benéfico da Trindade maravilhosa, — Deus, Pátria e Rei, não faço mais do que repetir o que, sem con-

(17) *Carta Pública...*, pág. 11.

(18) *Carta aos Monárquicos Portugueses*, pág. 5.

(19) *A Propósito de António Sardinha*, pág. 14.

tradição de ninguém, proclamei na minha conferência de 2 de Julho de 1940.

E sendo incontrovertidamente público e notório o meu pensamento, e não havendo ninguém que desconheça a finalidade da minha acção doutrinária, tive a satisfação, não há ainda muito tempo, de ouvir a Salazar, o voto claro de que Deus me dê muita saúde e vida, para continuar a trabalhar pelo bem da Nação». (20)

As afirmações transcritas revestem-se de um tal melindre e de uma tal responsabilidade que obrigam a meditá-las.

Conhecem-se bem as susceptibilidades de Salazar e em que medida procedia nos casos que lhe dissessem respeito e lhe desagradassem. E o que é certo é que não reagiu publicamente a estas públicas declarações, politicamente muito comprometedoras.

Que pensar disto tudo?

Seja o que for, não pode negar-se a admirável coragem deste estrénuo lutador que, desta vez, arrostando possíveis e graves consequências, ousou chamar a terreiro e responsabilizar o poderoso governante.

O desafio passou sem incidentes visíveis. Alfredo Pimenta continuou empenhado em defender a sua tésé, com acrescido esforço, quanto mais improvável via a sua realização. Estava-lhe na massa do sangue lutar, lutar até ao fim.

Daqui em diante, porém, o tom das suas palavras mudava: tornava-se mais duro e contundente. Verifiquemo-lo nalgumas dessas palavras, em conveniente resumo.

— «Toda a gente sabe o respeito que tenho pelo Sr. Presidente do Conselho. Mas não posso calar a minha mágoa de ter nestes vinte anos alimentado a superstição — aos que não viram o que eu vi de 1910 a 1926 — de que a República não é incompatível com o Interesse Nacional.

«Crença monstruosamente errada e cuja responsabilidade cabe inteiramente a Salazar». (21)

E não passou sem admoestar, apontando-lhe o exemplo do generalíssimo Franco: «Bem diferente foi a atitude da nossa vizinha Espanha!» (22)

O confronto depreciativo estava aí, sem embargos: — «o regime salazariano manteve durante estes últimos vinte anos o

(20) *Palavras à Juventude*, 1941, págs. 36-37.

(21) *Três Verdades Vencidas*, 1949, pág. XXVI,

(22) *Idem*, pág. XXVI

culto feitício da República».(²³) Tem-nos um certo sabor pejorativo a expressão que emprega, «regime salazariano»... «Regime salazariano» que, não se cansava de repetir, «ou vai dar à Realeza tradicional, ou vai cair no pântano democrático em que vegetamos desde 1910 a 1926.»

A cada passo Alfredo Pimenta voltava a reclamar a transformação do regime que, tal como era, miscelânea absurda de princípios incompatíveis, se patenteava incapaz de progredir.

— «O Povo português não vê em Salazar o primeiro ministro duma República, mas sim o chefe duma Nação, o precursor do Rei»(²⁴) É assim era, de facto, para o Povo, que estava mal informado sobre as ideias de Salazar. A lenda, que corria e era aceite como verdadeira, do monarquismo de Salazar, não mostra, ainda hoje, fundamentos críveis. Se Salazar não era republicano, também não era monárquico. Pelo menos nunca o mostrou por palavras, ou por actos. É possível que esta lenda tenha motivado a tésede Alfredo Pimenta.

Um episódio curioso e quase desconhecido regista até que ponto, e num derradeiro esforço, o diligente propugnador da monarquia levou o seu desígnio de convencer Salazar.

Numa dada altura soube-se em certos meios que o chefe do Governo ordenara à Comissão de Censura, dele directamente dependente, que reservasse para sua apreciação as provas tipográficas dos escritos de determinadas individualidades, e Alfredo Pimenta teve conhecimento de que figurava entre os autores que, por especial motivo, tinham por censor o próprio Salazar.

Ótimo, pensou Alfredo Pimenta, e com alguma astúcia. Pois se assim era ficava com a certeza de que os seus artigos, embora impedidos de publicação, seriam lidos por Salazar, e era isso o que desejava.

Passou então a escrever, completamente indiferente aos previstos cortes da censura, dirigindo as suas palavras a um único destinatário — Salazar — insistindo nas razões prementes de restaurar a instituição real, certo de que ele dispunha dos poderes necessários para o fazer.

Se os resultados do expediente foram, como foram, nulos, a obstinação de Alfredo Pimenta fica dignificando a sua memória.

(²³) Idem, pág. XXVII

(²⁴) Idem, pág. XXXII.

Ao sair da década de 40, já o grande escritor vimaranense descreia das ilusórias esperanças que puzera (e que muitos puzeram!) em Salazar. Confessava com transparente amargura: — «Tremo pelo futuro desta terra. Perderam-se vinte anos de joelhos ante o mito da República, num País com sete séculos de Monarquia». ⁽²⁵⁾ E punha, numa derradeira vez, a questão nos seus termos últimos: — «Há remédio para esta situação angustiada, tremendamente angustiada? Há, mas é só um. E não sei se virá a tempo. A Monarquia.» ⁽²⁶⁾

Desvanecia-se de todo a miragem, a quimera «salazariana», que Alfredo Pimenta — homem de fé! — alimentara anos a fio, até ao máximo limite.

O apoio que os monárquicos deram a Salazar tem que se lhe diga.

Hoje não resta dúvida de que resultou inútil e de que foi desastroso, porque só serviu para sustentar a República, que de outro modo não se aguentaria muito tempo.

Em Maio de 1926 a maioria populacional do país nutria sentimentos monárquicos. Das escolas saíam *élites* doutrinadas pelo Integralismo. Contando com essas forças, bastaria que o descrédito generalizado da 1.^a República se avolumasse um pouco mais, para que esta caísse, como cai ao chão um fruto pôdre.

O erro tremendo dos monárquicos foi o de deixarem vingar o «28 de Maio» sem condições ao seu apoio, Mais tarde já não seria possível impôr condições. Salazar, seguro rapidamente no Poder, é que as impunha, e os *slogans* de obediência ao chefe apagavam todas as veleidades de condicionar-lhe o mando.

É neste quadro que terá de se vêr, como única tésse viável, a de Alfredo Pimenta.

Mas viável quer dizer apenas, possível. E porque a única possível, Alfredo Pimenta manteve a sua aposta até ao final, que viria a ser perdido, como aliás o ia prevendo.

As suas últimas palavras ... com as quais fechamos este alinhavado — são as de um guerreiro ferido, mas não vencido, soltas no campo da batalha, onde a sorte lhe foi adversa.

— «Já citei aquele pensamento salutar: não se é obrigado a vencer; mas toda a gente é obrigada a lutar.

⁽²⁵⁾ Idem, pág. XXV.

⁽²⁶⁾ Idem, pág. XXIII.

Neste, como noutros campos, lutarei, sozinho, sem esperanças de ser ouvido.

Lutarei, pois, sozinho, sem esperanças de ver os meus esforços serem secundados. Já um dia me chamaram, com envenenada má-fé, «defensor de causas perdidas».

Admirável coisa esta de defender causas vencidas, homens vencidos, sobre que as vagas alterosas da Vitória passam altaneiras e invencíveis! Com essa defesa, não se colhem bens, nem louros; colhem-se antes desgostos e lágrimas. Mas fica-nos a consciência tão límpida como água que brota da rocha virgem...» (27).

Mário Saraiva

(27) Idem, pág. 68.